



ATA n.º 046/2015

Ata da quadragésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Inácio Martins, Paraná, realizada no dia trinta de novembro de dois mil e quinze no horário regimental. Com a presença de todos os vereadores o presidente iniciou o **EXPEDIENTE** colocando em discussão a Ata n.º 044/2015, da Sessão Ordinária do dia vinte e três de novembro, e n.º 045/2015 da Sessão Extraordinária do dia vinte e seis de novembro, ambas aprovadas com todos os votos sem receber comentários. Em seguida solicitou a leitura dos Projetos de Leis n.º 051/2015 – Altera dispositivos da Lei n.º 769/2014 e dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência do município de Inácio Martins, e n.º 052/2015 – Autoriza o Executivo Municipal a promover a venda em leilão de máquinas, equipamentos, veículos e utensílios para escritórios reputados como de recuperação antieconômica, encaminhados para as Comissões Permanentes e assessorias. Encerrando o Expediente solicitou a leitura do Relatório Final da Comissão de Assuntos Relevantes constituída pela Resolução 02 de 2015, e que se destinou à realização de estudos detalhados das APMF's das escolas municipais, recebimento e gerenciamento de recursos. Com base no artigo 117, parágrafo 6º do Regimento Interno, a leitura foi feita pela Vereadora Rita Sueli Xavier Taborda, membro da referida Comissão. Conforme se observou na leitura do relatório a Comissão orientou que o mesmo fosse disponibilizado no site da Câmara Municipal bem como fosse enviada cópia a cada uma das associações e ao Poder Executivo Municipal para ciência. Após a leitura, o Presidente disponibilizou também cópia do Relatório aos vereadores ficando a mesma disponível na secretaria da casa. Na **TRIBUNA** o Vereador **OSVALDIR** comentou o evento que participou em Guarapuava na semana anterior como conselheiro gestor da APA da Serra da Esperança para estudos sobre uma nova forma de avaliação dos municípios para fins de repasses do ICMS Ecológico onde participaram além da APA da Serra da Esperança, uma do litoral e outra da região de Ponta Grossa. Contou que as discussões ocorreram durante dois dias onde muitas alterações foram propostas e a partir do próximo ano será feita uma avaliação diferente da que vinha sendo feita. Contou também que está disponível em sites dos municípios a quantidade de recursos do ICMS Ecológico que é repassado a cada município e que existe um questionamento muito grande por parte dos municípios que compõe as áreas de preservação a respeito dos valores repassados, inclusive o desse município que passou dos três milhões de reais neste ano, e o questionamento é do que Inácio Martins está fazendo com esse dinheiro, que deveria ser aplicado em ações voltadas para a proteção e recuperação do meio ambiente, enquanto em municípios maiores e mais bem estruturados como Irati e Guarapuava que mantêm uma Secretaria do Meio Ambiente com técnicos, veículos, programas de recuperação de nascentes e recuperação ambiental, além de outros serviços, o volume de recursos recebidos não é compatível com aquilo que acham que deveriam estar recebendo, e informalmente as pessoas questionaram porque Inácio Martins receber tanto dinheiro e o que estaria fazendo, e então colocaram isso durante a discussão nessa parte de avaliação. Disse que sempre achou que deveria acontecer um pagamento ao proprietário rural por serviços ambientais, então a



partir do próximo ano os municípios serão avaliados também por terem instituído dentro da sua estrutura um programa que pague por serviços ambientais, sendo considerados como serviços ambientais a preservação de matas e de nascentes, o cuidado que o agricultor tem com a sua propriedade, e assim, o agricultor que estiver cadastrado e executando estas ações além daquilo que é obrigado a fazer por lei, poderá receber por estes serviços, sendo essa a proposta dos conselhos e sendo evidente que aqui no município encontrarão dificuldades até porque o orçamento que está sendo votado, e que já votou contra, não está prevendo recursos para este tipo de coisas, e assim não adianta nada criarem essas discussões lá fora e trazerem para cá pois acha que na prática aqui, para o ano que vem não terão isso, mas se nada for feito a administração será avaliada e receberá nota baixa neste quesito que irá corresponder a diminuição dos índices do município, comentando que o próprio secretário do meio ambiente estava no evento e disse que não pode fazer nada pois não tem recursos para trabalhar, nenhum programa estruturado na secretaria para poder fazer alguma coisa pelos agricultores e pelo povo que esta preservando, tendo apenas um carro mas nem mesmo proteção de fontes pode fazer, alertando que enquanto tiverem um pensamento que prioriza somente outras coisas sem importar com a valorização ambiental e a valorização do produtor rural que preservou suas nascentes, seus rios e cuidou das matas, infelizmente passarão por esse tipo de coisa. Em aparte o Vereador Gilnelson comentou que além da questão de o município não estar fazendo nada ainda será penalizado com o repasse dos recursos e isso irá causar um dano terrível, pois hoje grande parte do ICMS recebido mensalmente vem da composição do ICMS Ecológico e assim o prejuízo não será apenas nas ações que estão sendo feitas e sim nos recursos que o município deixará de receber. O orador comentou sobre algumas ações que são executadas por parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente com alguns recursos que são recebidos da SANEPAR e administrados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente e disse que se o município perder os recursos do ICMS Ecológico não será por outra razão senão por incompetência da administração municipal porque não são coisas difíceis de fazer bastando ter noção das coisas, mas infelizmente a administração municipal não tem noção do que esta fazendo e será penalizada, talvez não nesta gestão mas no futuro podem ter a certeza de que o município terá este problema. Relacionado à falta destas ações contou de um acordo não cumprido pelo executivo em montar um sistema de aproveitamento de águas pluviais na Escola Maria Turra e outra situação com relação a estrada de acesso da aldeia indígena também não cumprida. Encerrou dizendo ter falado isso como um desabafo, pois é uma questão de sua área de trabalho e como votou contra o orçamento do próximo ano talvez muita gente não tenha entendido isso, mas foi principalmente pela questão da distribuição de recursos do ICMS Ecológico que lhe deixa indignado não estarem sendo distribuídos dentro daqueles pontos que gostaria que fosse por isso seu voto foi não no primeiro turno e será igual em segundo turno. O Vereador **JOÃO ARTUR** registrou a ação da Secretaria de Saúde dedicada ao Novembro Azul e ao dia primeiro de dezembro que é o Dia Mundial de Combate a AIDS contando que no dia primeiro de dezembro estaria acontecendo em frente à prefeitura testes rápidos de saúde. Relatou em forma de agradecimento que se deslocaram até



a sua indústria as enfermeiras Silvana, Ilda e Ana Paula, o bioquímico José Carlos Menon além dos técnicos de enfermagem Lucinéia e Murilo onde atenderam setenta e duas pessoas com os exames de HIV, Sífilis, Hepatite C, Teste de Glicemia, aferição de pressão arterial, aferição de frequência cardíaca e saturação, e pacientes com alterações foram encaminhados para exames já agendados pela secretaria e assim ficarão com a saúde em perfeitas condições. Falou isso em forma de agradecimento sendo algo muito importante e já é pela segunda vez que fazem isso nas suas dependências deixando seus agradecimentos em nome de toda a diretoria da empresa. Na **ORDEM DO DIA** constou o segundo turno de votação dos projetos de leis números 047/2015 - Denominação do Paço Municipal, aprovado por maioria tendo recebido o voto contrário do Vereador Osvaldir e n.º 048/2015 - Abertura de Crédito Suplementar. Após aprovados os projetos passaram a constar como **Lei n.º 815/2015** – “Denomina o Paço Municipal de Prefeito Silvino Pasqualin” e **Lei n.º 816/2015** – Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do exercício financeiro de 2015 no valor de R\$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais) para manutenção dos programas IGD SUAS e IGD PBF. Encerrando a Ordem do Dia constou a votação do Projeto de Resolução n.º 03/2015 da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que acolheu e julgou procedente o recurso apresentado pelo Vereador Sidnei Lopes na sessão do dia vinte e três de novembro e declarando impedido o Vereador João Artur Almeida Cavassin de participar da votação do Requerimento n.º 03/2015 de sua autoria, o qual solicitava licença pelo período de trinta dias, considerando que este tinha interesse pessoal e nos termos do Regimento Interno da casa o mesmo não poderia votar. Aprovado com todos os votos o projeto converteu-se na Resolução n.º 03/2015 e o Presidente declarou o Vereador João Artur impedido de votar no Requerimento. Após, o presidente consultou o plenário se votariam o Requerimento na mesma sessão e com a concordância de todos os pares colocou em apreciação o Requerimento n.º 03/2015 restando desaprovado com os votos contrários dos Vereadores Jorge, Gilnelson, Sidnei e Osvaldir, e favoráveis da Vereadora Rita Taboda e dos Vereadores Laureci e Kleverson Perussolo. Após a votação o presidente declarou negado o pedido de licença ao Vereador João Artur. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **OSVALDIR** falou que esteve acompanhando algumas fotos postadas nas redes sociais no grupo chamado “Legendários Inácio Martins” a respeito de algumas festividades do município a cerca de quarenta anos atrás, inclusive fotos com escolha da rainha do município em que estavam concorrendo a senhora Olinda Andrade, esposa já falecida do ex Vereador Jose Neri, junto com Denise Xavier Taborda, irmã da Vereadora Rita, e fez uma análise de que alguns setores do município estão regredindo porque o povo não esta tendo a oportunidade de participar de eventos comemorativos ao aniversário do município e outros eventos que sempre eram feitos como os desfiles de sete de setembro, e também os desfiles de aniversário, lembrando que na gestão do ex prefeito Eugenio Mazepa os desfiles cívicos e comemorativos ao aniversário eram gigantescos com a participação do comércio, indústria, escolas, e agora mais uma vez voltam a dizer “acabou” o que lhe deixa triste porque o aniversário da cidade se resume ao rodeio e quem estava nesse rodeio eram oitenta por



cento CTG's de fora do município, sendo importante também para o município a visita destas equipes pois fazem parte de uma competição organizada regionalmente mas se viu muita pouca participação da população local e isso não representa a população em termos de aniversário do município, não é um evento representativo e acha que as futuras administrações devem avaliar estas questões do aniversário e do rodeio pois não devem ser misturadas as coisas pois o rodeio não é representativo do aniversário da cidade. Mesmo com este comentário parabenizou os organizadores que mesmo abaixo de chuva estavam trabalhando para poder fazer bonito aos visitantes que estavam ali, o que deve também ser valorizado. Falou ao Vereador Kleverson para deixar claro que o fato de não terem aprovado o projeto declarando o CTG de Utilidade Publica não é nada pessoal com relação aos CTG's, mas sim porque uma associação para ser declarada de utilidade pública deve ter ações voltadas para a comunidade até porque já existe outro CTG declarado de utilidade pública a muitos anos, que é o Gineteando na Querência, e se o município quisesse poderia fazer subvenção para aquela entidade pois já existe uma lei aprovada e assim essa historia de que não foi feito porque a lei não passou é balela e conversa de quem não sabe o que esta dizendo pois o CTG já declarado de utilidade pública ainda é ativo inclusive um dos que estavam ajudando no rodeio, dizendo isso por ter ouvido alguns comentários que não são muito verdadeiros a respeito do que aconteceu com esse projeto. Encerrou parabenizando o Vereador Kleverson que representa os vereadores junto aos CTG's dizendo ao mesmo que gostaria que levasse aos demais tradicionalistas a forma real do que aconteceu em relação a não aprovação do projeto de lei de utilidade pública. O Vereador **GILNELSON** comentou que nesta semana pode ver uma publicação na Federação Paranaense de Jiu Jitsu de que o município tem dez atletas consagrados campeões paranaenses, cada um em sua modalidade, sendo um fato marcante para o município pois tinha um certo preconceito antes de seu filho praticar este esporte e hoje tem uma visão diferente em função dos resultados pessoais que trouxe para sua vida como aluno. Diante disso propôs ao presidente e aos pares que fizessem uma moção homenageando esses atletas que tão bem representaram o município, isso também como forma de incentivo para aqueles que querem iniciar nesse esporte, que é um esporte que já vem perdendo a alcunha de esporte violento e hoje é um esporte mais disciplinador e agregador, contando que nos campeonatos que participou acompanhando seu filho pode ver muitas famílias acompanhando e torcendo por uma coisa saudável, e pediu ao presidente que avaliasse esta situação e se não fosse possível a homenagem ainda neste ano que fosse feita numa oportunidade breve para que o exemplo seja seguido dentro do município. Ao final Presidente disse que iria estudar a proposta do Vereador Gilnelson e se fosse possível ainda poderia fazer neste ano determinando as assessorias da casa para estudar a questão. Comentou os eventos que aconteceram na semana anterior como o aniversário da rádio comunitária com a presença do campeão do BBB 15 Cesar Lima que foi um evento um pouco fraco mas que ocorreu tudo dentro das normalidades. Falou também sobre o rodeio do qual participou como colaborador fazendo a sua representação tanto no tradicionalismo como político dizendo ser um evento importante para o município que devem manter e ver que forma fica legal para



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

o município investir para ser mantida e melhorar a estrutura e que foi uma pena que o tempo não colaborou pois teria muita gente da população participando e nesse dia ficou confirmado que o povo gosta de rodeios, o prefeito já se prontificou em fazer o próximo e para isso o que precisam é se organizarem nessas questões legais junto aos CTG's se comprometendo na parte de fiscalização que cabe aos vereadores. Informou aos pares que neste dia aconteceu a licitação para aquisição do mobiliário da nova sede que correu tudo dentro da normalidade com a participação de oito empresas tendo seis vencedoras das quais já cobrou uma entrega rápida sendo que o processo já esta concluído e aguarda-se apenas a entrega. Nada mais havendo a ser tratado declarou encerrada a sessão e convocou nova sessão ordinária para o dia sete de dezembro no horário regimental ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.